



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

CARNEIRO, LEVI ALVES FIRME; BORGES, LUIZ CARLOS
Ressonância e aderência no Memorial Machadinho
Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 30, e15, 2022
Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e15>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27370435009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Ressonância e aderência no Memorial Machadinho

Resonance and adherence at the Machadinho Memorial

<https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e15>

LEVI ALVES FIRME CARNEIRO¹

<https://orcid.org/0000-0003-4156-9079>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LUIZ CARLOS BORGES²

<https://orcid.org/0000-0001-6196-4629>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Este trabalho analisa as relações sociais dos sujeitos da comunidade quilombola da Machadinho e a cultura por ela e nela preservada. Uma interação patrimônio-sociedade em constante transformação no espaço e no tempo, em que o presente comunitário está permanentemente interligado ao passado e à memória da antiga fazenda Machadinho, engenho de cana de açúcar previamente existente na região. Nosso foco será o estudo da mudança de narrativas percebida e a consequente reformulação da exposição de longa duração do Memorial Machadinho, que se seguiu à mudança em sua gestão. O Memorial se propõe ser um aparato cultural com ênfase na memória e história do quilombo. Buscaremos evidenciar as especificidades presentes nas relações entre a população e o poder público local, bem como no patrimônio cultural da comunidade, analisando-as a partir dos conceitos de “ressonância”, cunhado por Stephen Greenblatt, e de “aderência”, cunhado por Luiz C. Borges e Marcio D’Oliveira Campos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Quilombo Machadinho. Memória. Ressonância. Aderência.

1. Bacharel em Museologia e mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: alvesfirme@gmail.com.

2. Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST-MCTI) e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (MAST-Unirio). E-mail: lcborges@mast.br.

ABSTRACT: This paper analyzes the relations between the social actors who live in the Machadinha quilombola community and the culture preserved there. A heritage-society interaction in constant change throughout space and time, in which the community is permanently linked to the past and memory of the ancient farm, former sugar cane mill located in the region. This study focuses on the change in perceived narratives and the consequent reformulation of the permanent exhibition at the Machadinha Memorial, following its management change. The Memorial aims to be a cultural apparatus that emphasizes the memory and history of the quilombo. The text highlights the specificities of the relations between the population and the local public authorities, as well as the cultural heritage of the community, analyzing them based on Stephen Greenblatt's concept of "resonance" and Luiz C. Borges and Marcio D'Oliveira Campos' "adherence".

KEYWORDS: Cultural heritage. Machadinha quilombo. Memory. Resonance. Adherence.

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia.

Cecília Londres³

INTRODUÇÃO

A Machadinha está localizada na zona rural do município de Quissamã, norte do estado do Rio de Janeiro e distrito emancipado, em 1989, da cidade de Macaé.⁴ De acordo com Soneghetti,⁵ a denominação “comunidade da Machadinha” apresenta ambiguidade, pois pode se referir a dois grupos⁶ sociais distintos. Pode referir-se apenas aos residentes do que é popularmente conhecido por “centro da Machadinha”, ou como o centro administrativo da antiga “Fazenda Machadinha”, onde está localizado o Complexo Cultural Fazenda Machadinha; ou também pode aludir àqueles que habitam uma região muito mais ampla, oficialmente reconhecida como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ). Trata-se da titulação outorgada à Machadinha pela Fundação Palmares, em 2006, após ter sua ancestralidade reconhecida como descendentes dos escravos da Fazenda. Todavia, esse reconhecimento oficial não veio acompanhado da concessão da posse da terra, almejada pela comunidade. Na CRQ localiza-se tanto o “centro da Machadinha” quanto outros quatro territórios geograficamente apartados. No conjunto, são cinco os núcleos constituintes da CRQ: a Fazenda Machadinha (núcleo central); o Sítio Santa Luzia; Mutum; Boa Vista e Bacurau. Segundo Araya, Costa e Fonseca,⁷ nesse complexo territorial residem trezentas famílias, muitas das quais ocupando as antigas senzalas (Figura 1), perfazendo um total de 983 habitantes, majoritariamente descendentes de negros escravizados na antiga fazenda.⁸

3. Londres (2001).

4. Mattoso (2003) e Silva (2016).

5. Soneghetti (2016).

6. Como estratégia de análise, adotou-se como foco de estudo o primeiro grupo, identificado pela expressão “comunidade da Machadinha”. Isso não significa que não serão feitas referências ao segundo grupo, identificado como “CRQ da Machadinha” ou pelos nomes de seus respectivos núcleos.

7. Araya, Costa e Fonseca (2017).

8. Mesmo depois da Abolição, a maior parte dos moradores da Machadinha continuou morando na fazenda e trabalhando com a cana-de-açúcar até se tornarem trabalhadores do Engenho Central, que adquiriu a fazenda em 1936. Hoje, com o arrendamento das terras do entorno para a criação de gado, a maioria da população está aposentada ou desempregada, buscando renda por meio de serviços variados e de baixa remuneração, plantando capim, cavando poços d'água, consertando móveis, trabalhando como auxiliar de pedreiro, entre outras atividades. Em muitos casos, dependem dos programas assistenciais do governo, como o Bolsa Família, na esfera federal, e o Renda Mínima, na estadual (MACHADO, 2006; SONEGHETTI, op. cit).



Figura 1 – Ala de senzalas restauradas, 2019. Fotografia de Levi Carneiro.

Assim como em outros municípios do Norte Fluminense, Quissamã teve, por muito tempo, a produção de cana-de-açúcar como principal fonte econômica. Entretanto, diferentemente de outras cidades da região, que alcançaram um ápice do cultivo de cana no século XVIII, Quissamã teve seu auge apenas um século mais tarde, perdendo força e importância já nas primeiras décadas do século XX. Isso, unido à incerteza do valor e duração dos royalties de petróleo e gás retirados da Bacia de Campos, que constituía uma relevante fonte para a receita municipal, fez com que a prefeitura apostasse no turismo como alternativa econômica promissora.⁹

Em 1979, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) tombou o conjunto arquitetônico colonial composto pelas senzalas, a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio e a casa grande (atualmente em ruínas), reconhecendo-os como patrimônio histórico do estado do Rio de Janeiro. Em 2003, as terras correspondentes ao centro da Machadinha foram desapropriadas pelo poder público municipal, e suas edificações passaram a fazer parte do Complexo Cultural Fazenda Machadinha (Figura 2), que inclui a Casa de Artes e o Memorial. É importante sublinhar que o termo “cultural” era utilizado pela prefeitura de Quissamã com o propósito de destacar as práticas próprias de uma comunidade que mantinha vivo um conjunto de manifestações locais, com raízes no período colonial, como as danças do jongo, do fado, a culinária e os festejos. Tradições que eram muitas

vezes referidas, de maneira tendenciosa, como práticas culturais cristalizadas e contínuas através do tempo. É assim que,

10. Silva, op. cit., p. 42-43.

[...] nos materiais gráficos de propaganda turística de Quissamã, o roteiro que leva à fazenda Machadinha é classificado como cultural, diferenciando-se do histórico (fazendas e casarões) e do natural (praias e Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba). [...] as propagandas turísticas produzidas pela prefeitura promovem a expectativa de que o visitante irá conhecer “descendentes de escravos que mantêm vivas as tradições do passado”.¹⁰



Figura 2 – Mapa do Complexo Cultural Fazenda Machadinha. Google Maps, 2020.

11. Soneghetti, op. cit.

12. Cf. Silva, op. cit.

A partir da criação do Complexo Cultural Fazenda Machadinha, as dimensões cultural e histórica do patrimônio local foram exploradas pela Prefeitura visando atrair turistas para a comunidade e o município, introduzindo o centro da Machadinha em uma nova “rota turística”. A intenção manifesta era que a renda auferida com o turismo funcionasse como alternativa econômica para a cidade, que começara a perder os recursos advindos da exploração de petróleo da Bacia de Campos. Com isso, foram criados alguns espaços culturais que tinham o objetivo de incentivar a prática e a preservação de manifestações populares, como o Memorial e a Casa de Artes, além do projeto Tambores da Machadinha, voltado à preservação do jongo, e do Raízes do Sabor,¹¹ com ênfase na culinária quilombola.

O MEMORIAL

Com a criação do Complexo Cultural e o redirecionamento de recursos públicos para a Fazenda Machadinha, o Memorial – objeto do presente trabalho – passa a ser visto como um importante palco para realização de alguns trabalhos sociais comunitários. Entretanto, nos primeiros anos após sua inauguração, ele ainda era pouco usufruído pelos moradores, funcionando quase exclusivamente em função do turismo.¹² O Memorial se localiza em frente à Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, separados apenas por uma rua, na qual acontecem algumas das principais reuniões festivas da população, como as celebrações da Abolição da Escravatura, em 13 de maio; da Consciência Negra, em 20 de novembro; a Festa de Santo Antônio, em 15 de junho; a de Nossa Senhora do Patrocínio, em 8 de novembro – ambos padroeiros da comunidade–; e as comemorações dos dias de São Sebastião, em 20 de janeiro, e Santa Luzia, em 13 de dezembro.

É importante registrar que, no Memorial, a história da Fazenda Machadinha foi inicialmente narrada a partir de uma exposição composta por imagens, objetos e textos que não eram da comunidade ou se referiam exclusivamente a ela. Uma grande parcela era constituída por um acervo documental trazido de Angola, composto por registros fotográficos, ilustrações e um conjunto de máscaras, esculturas e instrumentos musicais. Esse material foi adquirido, em grande parte, por uma expedição financiada pela Prefeitura à Kissama, cidade angolana considerada pela história “oficial” da cidade como matriz principal da cultura afro-brasileira local, e que, segundo consta, acabou servindo de modelo para o nome da própria cidade de Quissamã:

[...] em 1634, “Sete Capitães” proprietários de terras na região doadas por Martim de Sá, em visita de exploração, encontraram um africano vivendo entre os índios e perguntaram de onde ele vinha, ao que respondeu que vinha da região de Kissama, situada em Angola. A partir de então, este passou a ser o nome da localidade [...]¹³

A expedição realizada à Kissama teve como objetivo encontrar evidências da suposta história de origem do município fluminense. De acordo com Soneghetti (2016), participaram dessa expedição Alexandra Moreira que, na ocasião, era a presidente da Fundação de Cultura de Quissamã, o designer e fotógrafo Leonardo de Vasconcellos Silva, além do repórter-fotográfico Wellington Cordeiro. Os documentos trazidos da África e exibidos no Memorial, funcionavam como sustentadores de um discurso que, no imaginário local, estabelecia semelhanças culturais entre Quissamã e Kissama.

[...] a ideia era mostrar a grande semelhança entre os moradores de Machadinho e os de Kissama. Em dois dos mostruários estavam expostos retratos intercalados de moradores de Machadinho, Kissama e desenhos de pessoas negras, sem legendas que as identificassem.¹⁴

A exposição compunha-se de painéis nos quais eram apresentadas, junto aos textos explicativos, fotografias, gravuras e desenhos que remetiam a diferentes momentos históricos do município, dos tempos coloniais à primeira década do século XXI. Em um primeiro momento, contava com muitos documentos a respeito das principais personagens históricas da elite açucareira da região, havendo poucas referências e ilustrações que mostravam o comércio de escravos e a vida das pessoas negras escravizadas. Em seguida, eram exibidas imagens do cotidiano de moradores anônimos da Machadinho e de Kissama, em uma evidente tentativa de traçar um paralelo entre os cotidianos das populações destas duas localidades. Além de reforçar um mito de origem oficializado pela Prefeitura, o discurso do Memorial enfatizava o apogeu da produção açucareira na região, reforçava a imagem do “bom senhor de escravos” e de que, em Quissamã, a escravidão fora diferente do restante do país. Era uma narrativa expositiva que discorria sobre uma visão idealizada e historicamente distorcida do passado, na qual, ainda de acordo com Soneghetti,¹⁵ não havia nenhuma problematização sobre a assimetria de direitos e poder entre senhores e escravos, distanciando-se, desse modo, do enfoque que Ulpiano T. Bezerra de Meneses¹⁶ recomenda a uma exposição de caráter histórico-cultural.

Em 2015, contudo, houve uma importante mudança na gestão do Memorial. A administração, antes a cargo da Prefeitura, foi transferida para a Associação de

13. Cordeiro (2009, p. 63 apud Silva, op. cit, p. 39).

14. Soneghetti, op. cit., p. 123.

15. *Ibid.*

16. Meneses (2013).

Remanescentes de Quilombo da Machadinha (Arquima). A essa troca administrativa seguiu-se uma significativa mudança na orientação museológica do Memorial. Os painéis – ou “aquários”, como eram denominados pelos funcionários do Memorial – passaram a ser compostos por mosaicos de imagens e relatos pessoais (Figura 3), contando histórias de importantes personagens locais, como Dona Guilhermina (ou Dona Cheiro), que administrava o único centro de umbanda da comunidade, o qual deixou de existir em 2010 em decorrência de seu falecimento; Seu Tide, atualmente considerado o morador mais antigo na Machadinha; e os mestres de jongo, entre eles Seu Gilson, Dona Preta, Dona Cici e Leandro Firmino. Também passaram a ter posição de destaque algumas das principais manifestações culturais próprias da comunidade, a exemplo do jongo, ressaltando o caráter comunicacional de resistência que ele teve durante o período colonial. De acordo com os mediadores do Memorial, a dança do jongo era utilizada para, por meio de seus versos, ou pontos, transmitir metaforicamente mensagens que não fossem interceptadas por indivíduos de fora do grupo, como o capataz do senhor.



Figura 3 – Interação de moradores com “aquário” do Memorial, 2020. Fotografia de Levi Carneiro.

É importante notar que há, na região, um conjunto de indicadores presentes na memória e no imaginário locais que remete com frequência ao tempo da escravidão em Quissamã. Esse contínuo movimento de retorno mnêmico e narrativo ao passado – até mesmo como forma de interpretar e legitimar o presente – é

percebido na formação das coleções do Memorial e seu processo seletivo, tanto no tempo em que era administrado pela Prefeitura quando ensejava resgatar um passado colonial original e que, afinal, se torna “turisticizado” – como na atual administração, rompendo com a narrativa de exaltação das antigas elites canavieiras, passando a realçar as contribuições culturais do homem negro escravizado e de seus descendentes.

Este jogo de construção e reconstrução de narrativas evidencia o exercício e a disputa do e pelo poder simbólico no Memorial, o qual atua como legitimador de um processo que aglutina sentidos e significados, sustentadores de uma realidade particular,¹⁷ como uma espécie de “poder invisível” exercido pela “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”,¹⁸ e que se detecta nas ações efetuadas tanto pela Prefeitura quanto pela comunidade.

De acordo com Souza,¹⁹ há momentos em que, na fala de alguns moradores, a Prefeitura parece tomar o lugar da casa grande, podendo ser ouvido algo como: *eles acham que não somos capazes porque descendemos de escravos*.²⁰ Detecta-se na frase uma resistência à continuação de uma relação assimétrica na qual “eles” (o Poder Público, representado pela Prefeitura) pretendem manter os moradores (o “nós”) destituídos de capacidade de decidir, de produzir, ou de conduzirem eles próprios o seu modo de vida sob a justificativa deles serem descendentes de escravos. Tem-se, pois, discursivamente, a substituição da figura de um opressor histórico (o senhor de engenho) por outro, de caráter institucional (o poder local atual). Verifica-se também a contraposição ao discurso típico da língua de estado,²¹ que se caracteriza pela assunção de uma competência (a do “poder”) mediante a qual os demais (aos “leigos” ou “profanos”)²² é atribuída uma incompetência constitutiva, razão suficiente para justificar a dominação.

Um importante fator que reforça a projeção dessa relação, é o fato de muitos descendentes da família Carneiro terem ocupado a Prefeitura. Os Carneiro são a família dos antigos proprietários das terras em que se localiza o quilombo. Seus membros atuais são detentores “de uma memória colonial que até então faziam questão de manter no memorial local”.²³ Há, portanto, a presença de uma divisão sociocultural, na qual percebe-se a prevalência do interesse econômico e político de uma cultura da elite, historicamente dominante e opressora,²⁴ sobre os anseios de uma “cultura popular”,²⁵ dominada e oprimida.

Todas essas questões são indícios da sensação de moradores e de quem pesquisa suas relações sociais de que a prefeitura é a verdadeira proprietária da comunidade, o que traz, ao menos em termos também de sensação, certa indiferença de grande parte dos moradores com os quais conversei sobre a titulação de Machadinho como comunidade remanescente de quilombo.²⁶

17. Lima (2010).

18. Bourdieu (1989, p. 8).

19. Souza (2017, p. 38).

20. Fala retirada de Souza (2017, p. 38).

21. A língua de Estado, que tende ao monologismo, é uma das muitas formas do discurso autoritário e da violência institucionalizada. No caso em apreço, a fala local mostra que, mediante esse tipo de discurso, o “eles” fala pelo “nós”, subalternizando-o (ORLANDI, 2012).

22. Bourdieu, op. cit.

23. Souza, op. cit., p. 39.

24. Chauí (2008).

25. Segundo Abreu (2003, p. 17), a categoria “cultura popular” não pode ser definida como uma fórmula imutável e limitadora, mas composta por tradições constantemente inventadas e reinventadas, que “visam consolidar determinadas continuidades em relação ao passado, frente às constantes transformações do mundo moderno”.

26. Silva, op. cit., p. 49.

Logo, está presente na região uma complexa disputa político-ideológica pela cultura. De um lado, os descendentes de escravos, que lutam tanto pelo título de propriedade da terra onde se assenta o quilombo – cuja titularidade deveria ter sido concedida em consequência do reconhecimento da ancestralidade da comunidade – quanto pelo direito de decidir autonomamente sobre a preservação de seu patrimônio e a realização de atividades socioculturais na fazenda, sem a necessidade de tutela da prefeitura. De outro, os que detêm a liderança política e econômica do município – em geral, pertencentes ou relacionados às grandes famílias proprietárias de terras e empreendimentos – resistem a renunciar ao controle e ao poder que exercem sobre a comunidade da Machadinha, bem como a seu patrimônio. Assim, esse conflito pode ser percebido como um importante traço definidor do contexto sociopolítico na Machadinha, visto que seus reflexos podem ser rastreados no Memorial ao se analisar as diferentes narrativas predominantes em cada um dos dois distintos momentos de sua curta existência, relativos respectivamente à gestão da prefeitura e à da Arquima.

Na próxima seção, serão enunciadas as especificidades de cada uma dessas narrativas, destacando os principais pontos que as distinguem, para então observar a ressonância e a aderência desse importante aparato cultural na/da população local. Antes de avançar, convém tratar do papel museológico do Memorial da Machadinha. Com foco em suas exposições e demais ações museais, tendo por fonte a comunidade quilombola e visto ser esse seu objetivo e público, não se deve descurar do fato de que as instituições museológicas – e um memorial, em termos gerais, é uma instituição museológica – trabalham com ou produzem, pela musealização, exposições que, por sua atuação educativa-formativa, formam uma metarrealidade, uma representação da realidade que pode se mostrar reificada, idealizada e fetichizada.

Na condição de aparato sociocultural, um memorial é, fundamentalmente, um elemento que também participa dos conflitos e das contradições sociais, como o demonstra o Memorial da Machadinha por meio de suas estratégias expográficas nas duas gestões mencionadas. Portanto, o Memorial não funciona como uma espécie de espelho da realidade corrente. Como parte ativa dessa mesma realidade, ao representá-la e ao tentar reproduzi-la em suas atividades, o Memorial a refrata e a tensiona.

Para melhor compreender a relação entre o Memorial e a comunidade quilombola, deve-se atentar ao fato de que, por meio de um conjunto de ações – exposições, cursos, projetos de salvaguarda das tradições locais –, seu objetivo explícito é contribuir para a preservação do patrimônio e da identidade quilombola. Assim, é indispensável levar em conta a especificidade histórica e sociocultural

dessa comunidade, bem como a relevância do papel de que se investe o Memorial no bojo das tensões entre a comunidade e os demais segmentos populacionais, em particular aqueles aliados às forças político-econômicas dominantes na região, que influencia de forma direta e indireta sobre o poder público, além de defenderem uma imagem idealizada do passado açucareiro e escravocrata. Sem desconsiderar o papel político e a responsabilidade educativo-formativa dos museus em geral, cabe também considerar a advertência museológica de Meneses.²⁷ Segundo ele, ao museu (ou memorial) “não compete produzir ou cultivar memórias, mas analisá-las [e problematizá-las], pois elas são um componente fundamental da vida social”, bem como a própria razão de existência do museu.

Logo, nem produzir, nem cultivar ou sacralizar memórias. É justamente por meio do procedimento analítico e crítico-interpretativo que um memorial pode atuar nas arenas educativas e político-ideológicas próprias da vida sociocultural. Como consequência, preservar uma herança cultural ou patrimonial e identitária não significa sua cristalização, mas sua manutenção segundo os imperativos próprios da comunidade e das condições sócio-históricas. Enfim, enquanto a tradição permanecer significativa à comunidade ou ao grupo social.

RESSONÂNCIA E ADERÊNCIA NO MEMORIAL MACHADINHA

Para tratar dos conceitos com os quais serão analisados o Memorial da Machadinho, é necessário apresentar seus respectivos usos pelos autores tomados como referências: José Reginaldo Santos Gonçalves, em “Ressonância, materialidade e subjetividade”; e Luiz C. Borges e Marcio D’Oliveira Campos, em “Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência”.

O conceito de “ressonância”, proposto por Stephen Greenblatt²⁸ para indicar o efeito de memória, afetivo e de encantamento propiciado pelo patrimônio, foi utilizado por Gonçalves²⁹ ao analisar o patrimônio como categoria de pensamento sob três diferentes aspectos: o da “ressonância” (relativo ao valor de experiência mnemônico-afetiva por parte do coletivo social); o da “materialidade”; e o da “subjetividade”. Unidos e indissociáveis, permitem que o patrimônio transite entre diversas ambiguidades, servindo de mediador, no qual o político e o simbólico se entremeiam, entre singular e universal, passado, presente e futuro, tangível e intangível etc. De acordo com Borges e Campos,³⁰ a “ressonância”, enquanto “evocação”,³¹ se relaciona aos efeitos de memória que um bem cultural estabelece

27. Meneses (2013, op. cit., p. 52).

28. Greenblatt (1991).

29. Gonçalves (2005).

30. Borges e Campos (2012).

31. Cabe esclarecer que, para Borges e Campos (op. cit.), a noção e uso de “ressonância” não vêm diretamente de Greenblatt e de Gonçalves – ainda que seja academicamente importante remeter também a esses autores –, mas do modo como esse termo, enquanto operador analítico, é utilizado pela análise de discurso. Por exemplo, na mitologia dos indígenas amazônicos, a palavra “dilúvio” é usada para traduzir o termo “grande enchente”, havendo ressonâncias com o mito bíblico.

32. Borges e Campos, op. cit.

33. Sartre (2006).

com um sujeito ou uma coletividade. Para eles, é importante considerar uma outra propriedade que, ao lado da “ressonância”, contribui para a definição do que seja patrimônio para um indivíduo ou grupo social.

Considerando a “ressonância” como um operador conceitual e analítico indispensável à reflexão proposta, pode-se compreendê-lo como a capacidade do patrimônio de afetar um grupo específico de indivíduos, evocando um sentimento e uma relação, positiva ou negativa, verdadeira ou falsa, com o expectador e sua complexa bagagem cultural. Assim, consideramos que o poder de ressonância de um patrimônio é diretamente proporcional à extensão do conjunto de indivíduos que consegue afetar. Quanto à sua eficácia, quanto mais indivíduos forem afetados pelo bem cultural, maior será o índice de ressonância. Se isso não ocorrer, disse que a ressonância é mínima ou de pouca significância. Por sua vez, quanto mais eficaz for a ressonância, mais valor patrimonial é atribuído ao objeto ou bem, sendo o inverso também válido.

Outro operador conceitual igualmente indispensável é o de “aderência”. Segundo Borges e Campos,³² a “aderência” que indica o grau, maior ou menor, de relevância cultural e existencial que um determinado bem cultural tem para os sujeitos históricos, coletivos ou individuais. Assim, a relação do indivíduo ou grupo social com um determinado bem cultural pode variar de um grau máximo, mínimo ou neutro, bem como a um grau negativo de aderência, dependendo dos níveis de identificação entre sujeito e bem cultural. O valor patrimonial e a patrimonialidade do bem cultural será diretamente proporcional ao grau de aderência entre o bem e o sujeito social (individual ou coletivo).

Enfim, a “ressonância” se refere essencialmente à experiência subjetiva, à emoção – isto é, aos efeitos emocionais que o bem cultural pode provocar nos sujeitos. No que concerne à emoção, é importante considerar a advertência de Jean-Paul Sartre,³³ segundo a qual as emoções podem ser verdadeiras ou falsas, totalizantes ou parciais, razão pela qual elas são um bom indicativo do grau maior ou menor de identificação do sujeito com o bem cultural que o afeta. A aderência, por seu turno, se refere a um posicionamento político-ideológico frente ao bem cultural, e que é relativo, obviamente, à posição/situação desse sujeito no campo social no qual transita -, de forma a indicar não só uma maior ou menor aceitação de tal bem, como também um maior ou menor distanciamento sociocultural em relação a esse bem. Esquemáticamente, sendo ambos componentes do metabolismo social que afeta simultaneamente sujeito e bem cultural, pode-se descrever a ressonância e a aderência em forma de traços constituintes, como indicado abaixo:

- Ressonância = emoção, memória, afeto, encantamento, identificação subjetiva (passiva): memória afetiva

- Aderência = consciência, escolha, agencialidade, identificação objetiva (ativa), historicidade: ato de vontade político-ideológica

34. Rússio (2010).

35. Sartre, op. cit., p. 27.

Para melhor entender por que, para Borges e Campos, a definição de ser ou não ser patrimônio depende dos índices encontrados na relação matricial entre “ressonância” e “aderência”, deve-se considerar que a relação comunidade patrimônio não é ontológica, mas sociocultural, como destacou Waldisa Rússio.³⁴ Afinal, o que faz de qualquer bem cultural um patrimônio não resulta de sua pura existência ou de suas propriedades constitutivas e funcionais, conquanto essas certamente componham sua patrimonialidade. O que define um elemento da cultura como patrimônio é o valor histórico em que ele está investido, seja por uma comunidade, pelo Estado ou por agências supraestatais. Segundo Rússio, o “ser valor” constitui a condição necessária à preservação patrimonial, uma vez que, na esfera sociocultural, o que distingue uma “coisa-patrimônio” de uma “coisa em si” é o *quantum* de valor nela investido. Assim, patrimônio é o que resulta de um processo de construção sócio-histórico, pois o patrimônio não tem valor/sentido em si e por si, mas apenas em relação à situação social, histórica e cultural existente, por meio da qual produz efeitos e sentidos.

Enfim, o patrimônio, como “todo fato humano, é, por excelência, significativo. Se lhe retirarmos a significação, lhe retiramos sua natureza de ato humano”.³⁵ Consequentemente, é por ser significativo (isto é, por afetar via “ressonância” e por se identificar com a “aderência”) que um bem cultural, investido de patrimonialidade, pode simbolizar, seja atuando como mediador entre o ser social e seu meio natural e sociocultural. Portanto, o caráter essencial de um patrimônio é ser um semióforo, um portador de significações. E justamente por seu caráter semióforico, por ser evidência testemunhal desse processo sócio-histórico, que o patrimônio pode ser abordado como documento.

Todavia, deve-se considerar que, por ser valor (atribuído, acrescentado), o elemento cultural investido como patrimônio não tem a mesma importância ou significação – por “ressonância” e, mais decisivamente ainda, por “aderência” – para todos os sujeitos. Ou seja, em sua opacidade intrínseca, enquanto materialidade histórico-social o patrimônio não goza de homogeneidade político-social. Assim, analisar algo como patrimônio implica abordar como se constituíram e como circulam na sociedade esses valores e sentidos de que um bem cultural se encontra investido. Logo, a importância de se recorrer, nos estudos patrimoniais, à

36. O Engenho Central – ou “Usina”, como é chamado pelos moradores da Machadinha – foi um grande estabelecimento industrial produtor de açúcar. Com a Crise de 1929, muitos fazendeiros da região ficaram endividados e perderam suas propriedades. Posteriormente, suas terras foram anexadas à Companhia Engenho Central de Quissamã, que monopolizou a economia local (MACHADO, op. cit.; SILVA, op. cit.; SONEGHETTI, op. cit.).

matriz conceitual mediante a qual o grau (maior/menor; positivo/negativo) de “ressonância” e de “aderência” possa ser avaliado.

Para tentar tornar mais clara a importância analítica dos conceitos de “ressonância” e “aderência”, bem como melhor observar o funcionamento e a relação estabelecida entre ambos, serão tomados como exemplo as narrativas adotadas pelo Memorial nos dois distintos períodos de sua gestão.

O Memorial foi criado como parte de um projeto cultural e turístico da Prefeitura que, depois de desapropriar as terras que pertenciam à Companhia Engenho Central de Quissamã,³⁶ realizou uma série de restaurações e reformas no sítio onde está a população que habita as senzalas da Machadinha. A intenção do Poder Público municipal era preservar as construções e a cultura local, criando um circuito turístico para a região, o qual servisse como fonte alternativa de renda ao município, que estava em uma situação de forte dependência econômica dos royalties oriundos da exploração de petróleo e gás da Bacia de Campos. Nessa época, havia o temor de que essa renda diminuísse, o que, de fato, aconteceu quando o Congresso Nacional aprovou um novo modelo de distribuição dos royalties para estados e municípios da Federação.

Como consequência da turistificação da Machadinha, a Prefeitura realizou uma seleção dos bens culturais, entre memórias e símbolos, que deveriam ser preservados e evidenciados como legitimadores de uma narrativa mais interessante e atrativa ao público externo. Essas narrativas tinham como intuito ressaltar a existência de uma suposta preservação autêntica de uma cultura de negros escravizados, “resgatada” diretamente do passado colonial, como se a cultura fosse um objeto inerte e imutável. Estratégia discursiva reforçada pela restauração das senzalas, mediante a utilização de métodos e materiais que eram identificados como originais. Ao final, exemplificou como uma narrativa pode dar sustentação a uma realidade idealizada e fetichizada.

Tomando como exemplo o Memorial, então recém-criado e administrado pela Prefeitura, era possível identificar em suas narrativas a presença de um imaginário referido a uma escravidão diferenciada. Ou seja, da imagem edulcorada do escravismo à brasileira, reforçado pela evocação da figura do bom senhor. Era com base nessas duas características definidoras que o Memorial representava a Machadinha colonial. Essa formulação idealizada do passado quissamaense era legitimada pela crença de que, nessa localidade, a escravidão foi diferente de outras regiões do país. Para justificar essa assunção, apresentavam a elite açucareira quissamaense como constituída por senhores bondosos que, conquanto se beneficiassem do trabalho escravo para a produção de riqueza,

supostamente não maltratavam nem torturavam seus escravos. Essa idealização desconsiderava que, por si só, a condição de escravizado era uma violência sistêmica do modelo socioeconômico colonial.

Podemos dizer que o incentivo ao turismo na comunidade se baseou na atenta e minuciosa elaboração e consolidação de um imaginário de exaltação à elite canavieira e na potencialização de um mito de origem do município de Quissamã, que, afinal, serviu de base para a elaboração da primeira exposição no Memorial, que, em grande parte, consistia em ressaltar a relação Angola-Quissamã e suas semelhanças. Essa ação de maquiar o passado, representado acriticamente no Memorial como original e autêntico, estava ligada ao processo de mercantilização e de fetichização cultural, mediante o qual o patrimônio, enquanto commodity, inseria-se no mercado cultural.³⁷

Por outro lado, alguns componentes do conjunto patrimonial da Machadinha não se prestavam a corroborar a narrativa pseudo-histórica exposta no Memorial. Um desses elementos era o jongo, com história e significado relacionados intrinsecamente ao movimento de resistência desenvolvido por escravos em busca de afirmação, tanto subjetiva quanto cultural, pela qual transcendessem a condição de subalternidade em que estavam submetidas por conta de um sistema econômico, sociopolítico e racial que dominava e sustentava a sociedade colonial e pós-colonial. À medida que esses elementos culturais eram transmitidos às novas gerações, transmitiam também valores e estratégias de não conformismo. Ainda é possível detectar nas falas dos moradores da Machadinha esse elemento de resistência, em especial quando transformam em força simbólico-política de distinção as senzalas do local permanecerem habitadas, enquanto a casa grande está em ruínas.

Com a entrada da Arquima na administração do Memorial e no processo de produção cultural local, houve profunda mudança de rumo no discurso institucional, que alterou sua temática e enfoque expositivo. A centralidade da instituição se deslocou para a força e a persistência dos descendentes de escravos da fazenda, enfatizando a luta pelos direitos de cidadania e pela valorização de sua cultura. Em suma, se antes o protagonismo da exposição era a história contada pela perspectiva dos dominadores (ou, em termos do simbolismo vigente na localidade, da casa grande), evidenciando o culto à mitificação do bom senhor de escravos, com o novo agir museológico, o protagonismo passa a pertencer à senzala, isto é, à comunidade quilombola, com seus consequentes desdobramentos históricos e socioculturais.

A nova narrativa expositiva está centrada na figura do oprimido-vencedor, simbolizado pelo estado das senzalas em contraposição ao da casa grande.

38. A escola ainda não finalizou o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) (MACHADO, op. cit.; REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017; SILVA, op. cit.).

39. Carneiro (2021).

Analiticamente, essa centralidade do oprimido-vencedor – visto que, simbolicamente, a senzala conservada vence a casa grande derruída – pode ser interpretada como uma mitificação idealizada, um mecanismo de compensação subjetiva. Dessa forma, distanciando-se da mercantilização anterior, havia a tendência para que o Memorial passasse a servir, em primeiro lugar, aos interesses da população (os de dentro) e, por último, aos turistas (os de fora). Invertendo a lógica econômica e político-ideológica que fora implementada pela Prefeitura.

Dalma dos Santos, atual diretora do Memorial, com experiência como professora na Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, passou a incentivar a realização de atividades com os moradores, tanto adultos, quanto crianças, que passaram a frequentar a instituição. Ela elaborou também o projeto Flores da Senzala, do qual fizeram parte inúmeras atividades e cujo objetivo era motivar a comunidade a realçar a importância de sua história e cultura. Dentre as atividades do projeto, destaca-se as oficinas de artesanato, as de contação de histórias e as aulas de jongo.

As aulas de jongo mirim e de contação de história foram introduzidas como atividades extracurriculares para os alunos da Escola Municipal da Machadinha (que funciona do maternal ao quinto ano do ensino fundamental e que atende estudantes da Machadinha e outras comunidades próximas), ficando reservadas algumas horas do dia para a participação deles nessas práticas culturais coletivas. Através das atividades ofertadas pelo Memorial e realizadas em parceria com a escola municipal, as crianças tiveram a oportunidade de acesso a uma educação que também estava voltada à cultura quilombola local, mesmo que de maneira informal, já que, até o momento, não foi concluído o processo de implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).³⁸ A proposta é que alguns conteúdos próprios, orientados por uma perspectiva local, sejam introduzidos no modelo curricular comum às demais escolas municipais.

Se considerarmos a relação constitutiva entre “ressonância” e “aderência”, nota-se, simultaneamente à mudança na gestão do Memorial, uma importante alteração na relação estabelecida entre a população e o patrimônio preservado pela instituição. Desde a inauguração do Memorial, em 2009, até a entrada de Dalma dos Santos na direção, em meados de 2015, “a população não se sentia representada”, ou seja, a população local não manifestava “aderência” em relação ao patrimônio e ao Memorial (por este ser considerado um representante da Prefeitura), “revelando uma verdadeira falta de interesse em interagir com a instituição”. Isso foi demonstrado em um dos relatos da mediadora do Memorial:³⁹

O espaço é da Prefeitura, mas é mais da comunidade, a cara é da comunidade. Aí, o que que acontece, foi feito uma viagem lá pra Kissama [inaudível] que veio de lá, então foi feito essa exposição, só que não tinham tantas coisas daqui da comunidade, falava mais lá de Kissama, não tanto da comunidade.⁴⁰

40. Mediadora do Memorial (2021).

41. *Ibid.*

Com a Arquima à frente da gestão do Memorial, o espaço passou a concentrar esforços na identificação, valorização e comunicação de matrizes culturais da Machadinha, seu patrimônio e sua memória, além de passar a ter como agentes culturais pessoas que fazem parte da comunidade. Por serem identificados como legítimos representantes dos interesses locais, esses membros da comunidade são considerados de extrema importância no âmbito do desenvolvimento cultural dela.

A partir da gestão de Dalma dos Santos no Memorial, observa-se um sentimento de maior satisfação manifestado pelos moradores da comunidade. Segundo um dos interlocutores presentes na pesquisa de campo, os moradores “nem entravam aqui [Memorial] porque não eram também pessoas daqui, da comunidade, [...] não era eu nem a Dalma”, eram “lá do centro, e não contava a história daqui”.⁴¹

Nota-se, portanto, que a mudança de atitude da população em relação ao Memorial se relaciona à substituição de alguém “de fora” da comunidade por uma pessoa “de dentro” para gerir a instituição. A partir de então, a elaboração de atividades culturais passou a ser realizada com e para a própria população, que se sentiu reconhecida como parte ativa desse espaço cultural, apesar de o Memorial ainda pertencer legalmente à Prefeitura. Além das mudanças museológicas, houve um movimento de trocas simbólicas dentro do Memorial, alterando o modo como a população se relacionava com o patrimônio e a narrativa ali expostos. Segundo os relatos dos moradores, antes da mudança na gestão da instituição, era raro que algum morador da comunidade entrasse no Memorial, pois faltava identificação da população com o local, com a narrativa histórica e com os objetos em exposição.

Com a elaboração do projeto do Complexo Cultural Fazenda Machadinha, houve uma seleção do que deveria ser preservado, comunicado e apresentado como próprio da história e da cultura locais. Essa seleção se caracterizava, primeiro, por ter sido feita sem a participação da população local e, segundo, tendo como diretriz fundamental uma concepção de cultura como mercadoria (cultura-objeto). Ou seja, priorizava-se uma maneira de explorar o potencial cultural da Machadinha em função do turismo na fazenda. Desse modo, podemos dizer que, nos seus primeiros anos, o Memorial teve como público-alvo o turista, em detrimento do público local.

Tendo em vista as mudanças no Memorial, observa-se que, tanto antes quanto depois da troca na gestão, o potencial de “ressonância” do patrimônio era explorado visando os grupos que representassem o interesse e que sustentassem as

narrativas predominantes em cada um desses momentos. De um lado, o patrimônio e o discurso selecionados pela Prefeitura tinham como objetivo incrementar o turismo, usando como atrativo o complexo étnico-patrimonial da Machadinha, valendo-se de uma imagem idealizada e fetichizada do passado cultural colonial. A cultura presente na localidade era anunciada como se tivesse sido preservada ou resgatada de um passado, dado como supostamente intocado, estático e, principalmente, autêntico. De outro, com Dalma dos Santos na direção, buscou-se aproximar a população da instituição. Assim, a escolha do patrimônio trabalhado pelo Memorial deveria partir da seleção dos próprios moradores, garantindo que o bem fosse valorizado e reconhecido por eles, isto é, que aqueles fossem dotados de valor patrimonial, “ressonância” e alto grau de “aderência”.

Durante as duas gestões, da Prefeitura e de Dalma dos Santos, os bens culturais trabalhados e expostos pelo Memorial foram utilizados como legitimação do discurso hegemônico na instituição – embora o discurso e a hegemonia diferissem substancialmente entre as gestões. Para tanto, foram selecionados determinados bens culturais de acordo com o potencial de “ressonância” e de “aderência” com o público-alvo. Ao invés de funcionar essencialmente como atrativo turístico, vetor da primeira gestão, as alterações na exposição e no acervo do Memorial foram motivadas pela busca de torná-lo mais ressonante para a população da Machadinha. Em ambos os casos e do ponto de vista político-cultural, o patrimônio da Machadinha foi utilizado como pretexto. A seleção de elementos culturais que servissem aos propósitos da instituição demonstra que o patrimônio, ao menos discursivamente, funcionou como alegoria, servindo para falar de outra coisa, seja uma certa continuidade histórico-cultural com objetivo econômico, seja uma imagem de resistência e de agencialidade de uma população descendente de escravizados.

Ressalta-se que a “aderência”, por se referir à importância cognitiva, cultural, política ou emocional que um bem cultural tem para um sujeito ou grupo específico, resulta em uma forma de identificação, legitimação e reconhecimento que o indivíduo manifesta em relação a esse determinado bem, implicando na consciência e no interesse da apreensão de suas potencialidades e de seus valores. Essa relação complementa o vetor “ressonância”, isto é, o potencial que o bem tem de evocar ou de gerar afeto no indivíduo, que, por sua vez, decide, ou não, valorizá-lo e/ou reconhecê-lo. Assim, pode-se considerar que, na determinação do que é, ou não, patrimônio para uma determinada comunidade, esses dois conceitos funcionam de modo complementar e indissociável.

Considerando a relação existente entre a comunidade e o patrimônio presente no Memorial, é possível verificar a ação da “ressonância” presente no

acervo, nos diferentes discursos e projetos sociais realizados em seu interior, como o Projeto Flores da Senzala, que realiza a contação de histórias transmitidas ao longo de gerações, ou a realização de oficinas de artesanato e jongo. Também é notável a manifestação de uma “aderência” do público-alvo a esses bens culturais, tanto a externada pelo turista em busca de uma sensação de retorno ao passado da região, ou de um Brasil colonial, encenada pela exposição; quanto pelo morador que, por meio do reconhecimento de práticas de seu cotidiano no Memorial, sente-se representado por aquele aparato cultural.

Logo, pode-se dizer que a “ressonância” e a “aderência” são inerentes à relação entre o patrimônio e o sujeito. A partir do exemplo do Memorial e dos moradores da Machadinha, esses movimentos, marcados por afetos gerados pelo bem e apreendidos pelo indivíduo, eram manifestados de forma distinta nos dois principais momentos da história da instituição. Quando o foco do Memorial era servir como atrativo turístico, havia um baixo nível de “ressonância” e de “aderência” por parte da comunidade, que se manifestava pelo distanciamento entre esta e a instituição. Posteriormente, quando o foco da instituição se tornou a população, ocorreu uma série de reformulações, desde uma nova exposição, até a criação de novos projetos que incentivassem a participação dos moradores, bem como a ênfase maior no patrimônio local. Em vista disso, tanto os turistas quanto a população local foram afetados pela seleção e exposição do patrimônio no Memorial, cada um de acordo com os parâmetros próprios de seu sistema cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A combinação de “ressonância” e “aderência” é essencial para a compreensão do funcionamento do elo patrimônio-sociedade. Ambos são elementos sensíveis que garantem o significado social do patrimônio. O elo patrimônio-sociedade é uma relação dialógica, visto que, sem o primeiro componente da equação (“ressonância”), não haveria afeto nem efeitos de memória. Por sua vez, sem o segundo componente (“aderência”), não haveria motivo para a manutenção de um bem cultural, pois ele teria perdido sua significação e, como adverte Sartre,⁴² sua humanidade. Portanto, essa importante relação só é sustentável através do surgimento do afeto e do reconhecimento de sua importância, isto é, uma relação identitária por parte dos sujeitos e grupos envolvidos. Ou, segundo Rússio,⁴³

42. Sartre, op. cit.

43. Rússio, op. cit., p. 121, grifos da autora.

44. Pelegrini (2008, p. 149).

45. Silva, op. cit., p. 41.

46. Chaui (2006).

[...] os *bens* se preservam quando se constituem em valor. Não em *valor* para uma minoria, ainda que seja uma “inteligência” atuante: mas num *valor social*, derivado de uma consciência que dele se tem como fator fundamental, com condição absoluta de ser e de existir. E essa valorização e essa *consciência* só podem derivar de uma historicidade da qual significativas parcelas do povo estejam côncias. Em duas palavras: patrimônio cultural é questão de consciência histórica [...]

Por meio desse raciocínio, Pelegrini⁴⁴ aponta a importância de se sustentar a interdependência patrimônio-sociedade, pois, sem esta, que é responsável pelo reconhecimento do bem cultural pela comunidade, não existiriam motivos para se preservar o patrimônio:

[...] a salvaguarda de um bem material ou imaterial só tem sentido se esse patrimônio for reconhecido pela comunidade, se estiver relacionado ao sentimento de pertença desse grupo e incluso na sua dinâmica sociocultural.

O caso da Machadinha é um exemplo claro de como se estabelece essa associação entre os indivíduos e sua cultura, memória e patrimônio com aquilo que existencialmente os representam. É uma comunidade na qual o cultivo de uma memória de resistência permitiu a manutenção de práticas socioculturais específicas, e que permanecem em busca de novas alternativas de preservação e valorização de suas tradições. Como apontou Silva,⁴⁵ “[...] lá, foram os pobres que continuaram de pé, ou seja, as senzalas, enquanto os ricos ruíram”. Trata-se de uma conquista alcançada contra a impiedade do opressor.

Em vista disso e pensando a relação entre o patrimônio, a língua institucional (a do Estado ou de qualquer instituição) e, em particular, o patrimônio como imagem ideal(izada) de uma nação, povo ou comunidade – e tendo em mente o caso do Memorial da Machadinha sobre as estratégias museológicas, seja durante a gestão da Prefeitura, seja a da Arquima -, observa-se que é justamente essa evocação de uma imagem ideal(izada) que tem sido discursivizada nas ações implementadas no Memorial (exposição, projetos, ações educativas etc.). Isso pode ser visto quando se trata da identidade da comunidade local (cujo componente resistência é insistentemente enfatizado), tratando-a muitas vezes como um produto e não como parte de um complexo e contraditório processo histórico-sociocultural.

De todo modo, analisando o papel desempenhado pelo Memorial da Machadinha sob a direção de Dalma dos Santos, não se pode deixar de reconhecer, embora de maneira implícita, os elementos próprios de uma política cultural voltada para a cidadania cultural, como a formulada por Marilena Chaui,⁴⁶

pela qual, nos marcos de uma democracia liberal, se infere uma noção ampliada de cidadania. Tratar a cultura, em geral, e o patrimônio, em particular, sob a égide da cidadania cultural, implica em um movimento contra-hegemônico perante a estrutura histórica e sociocultural que sustenta a sociedade brasileira, como foi visto no caso da Fazenda Machadinho.

Nesse sentido, considera-se o movimento da cidadania cultural como parte importante de um projeto de autonomia, como o reivindicado pela comunidade da Machadinho. Assim, a cidadania cultural representa um movimento consciente e crítico pelo pleno direito à cultura por parte daqueles que, tradicionalmente, são dela alijados, quer como produtores, quer como consumidores. Enfim, a cidadania cultural, como fica claro pelo que acontece na comunidade da Machadinho e pelo papel nela exercido pelo Memorial, também significa um modo de fortalecer a sociedade civil, em especial, aqueles segmentos desprivilegiados e/ou tradicionalmente marginalizados, pelo qual eles se recusam a cultivar um intimismo à sombra do poder.⁴⁷ Afinal, como afirma Eduardo Granja Coutinho,⁴⁸ “é na sociedade civil, compreendida como o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias – mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos e instituições culturais [daí, os museus e memoriais] – que se legitima [ou se contesta] a dominação”.

Embora a população de Machadinho tenha conquistado muitos de seus objetivos políticos e civis, ainda há muitos direitos que precisam ser plenamente atendidos. Entre eles, a obtenção do título definitivo da propriedade da terra e o desenvolvimento de um modo sustentável de produção e manutenção econômica e cultural. Esse processo consistiria na continuidade de uma luta pela valorização e reconhecimento de seu patrimônio, contra o preconceito e a marginalização vigentes na estrutura político-cultural conservadora tanto da sociedade quissamaense quanto da brasileira.

Em que pese a relevância do Memorial como agente social solidário à luta dos moradores da Machadinho, bem como o papel desempenhado pelo patrimônio local, deve-se ressaltar que o patrimônio, por si mesmo, não tem condições de prover o desenvolvimento socioeconômico e de contribuir para diminuir as diferenças sociopolíticas de uma região ou comunidade. Essas condições somente serão modificadas por meio de sistemáticas ações coletivas dos moradores da Machadinho, mediante as quais ponham em xeque o atual sistema de produção e distribuição de riqueza e poder atuante na região, e pelo qual está estruturada a relação entre a comunidade da Machadinho e os demais segmentos da sociedade quissamaense.

47. Coutinho (2000).

48. Coutinho (2012, p. 332).

REFERÊNCIAS

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

ARAYA, Juan Francisco Bacigalupo; COSTA, Rute Ramos da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Uma reflexão sobre a produção de conhecimento a partir da escola em comunidades pesqueiras e quilombolas. *In*: ESOCITE.BR/TECSOC, 7., 2017, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: s. n., 2017. p. 1-15. GT 17 – Periferalidade e subalternidade na produção do conhecimento.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. *In*: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus *et. al.* (org.). *Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 112-123.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CARNEIRO, Levi Alves Firme. *Entre senzala e casa grande: memória e resistência na Fazenda Machadinha*. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación: Revista Latinoamericana de Ciências Sociales*, Buenos Aires, año 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, Eduardo Granja. Carlos Nelson Coutinho e a “questão cultural” no Brasil. *In*: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 321-339.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GREENBLATT, Stephen. Resonance and Wonder. *In*: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (ed.). *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museums Display*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-26, 2010.

LONDRES, Cecília. Patrimônio Imaterial. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-149, 2001.

MACHADO, Fábio da Silva. *Fazenda Machadinha: memória e tradições culturais em uma comunidade de descendentes de escravos*. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOSO, Guilherme de Queirós. A festa do Fado de Quissamã. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO (FOLKCOM), 6., 2003, São João da Barra, RJ. *Anais [...]*. São João da Barra, RJ: s. n., 2003. p. 1-13.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 15-88.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PELEGRI. Sandra Cássia Araújo. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 145-173, 2008.

REIS, Maria Clareth Gonçalves; SILVA COSTA, Rute Ramos da; SOARES, Maria Raimunda Penha. Reflexões acerca da educação escolar quilombola na Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha/Quissamã/RJ. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 4, n. 4, p. 225-233, 2017.

RÚSSIO, Waldisa. Bem e patrimônio cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. v. 1, p. 119-122.

SARTRE, Jean-Paul. *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SILVA, Ana Claudia Cruz da Política, cultura e posse da terra na Fazenda Machadinha. *ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá, v. 3, n. 6, p. 36-51, 2016.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. *Comunidade, fazenda, complexo cultural, quilombo...: transformações do espaço e discursos do patrimônio em Machadinha (Quissamã-RJ)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Mônica Dias de. Feijoada quilombola: chancela de etnicidade. *Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 29-48, 2017.

ENTREVISTAS

MEDIADORA DO MEMORIAL. Conversa com a Mediadora do Memorial. Entrevista concedida a Levi Alves Firme Carneiro, Quissamã, RJ, 9 fev. 2020. *In*: CARNEIRO, Levi Alves Firme. *Entre senzala e casa grande: memória e resistência na Fazenda Machadinha*. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Artigo apresentado em: 07/06/2021. Aprovado em: 21/02/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License